

**LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 18/2024 - LRE/CASAL**  
**PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 09**

Resposta ao pedido de esclarecimento feito por licitante interessado em participar da **LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 18/2024 - LRE/CASAL**, que tem como objeto a contratação de empresa para o fornecimento de energia elétrica na modalidade Comercializador Varejista e com fonte incentivada 50%, Submercado Nordeste no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), contemplando o fornecimento de 4,18 MW médios de energia elétrica, para atender a COMPANHIA DE SANEAMENTO DE ALAGOAS – CASAL, conforme ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

**PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:**

**1.** Nos demonstrativos financeiros enviados, observei que constam "notas explicativas" como parte integrante dos documentos. Poderiam, por gentileza, compartilhar esses documentos adicionais?

**R. Segue anexo.**

Assim sendo, ficam mantidos o dia, o local e horário da licitação.

Maceió, 15 de Outubro de 2024.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente  
 **KYVIA VIRGINIA BAHAMONDES MURTA**  
Data: 16/10/2024 09:19:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Kyvia Virginia Bahamondes Murta**  
Pregoeira/ASLIC/CASAL

Documento assinado digitalmente  
 **DAYSELANEA CORREIA DE OLIVEIRA SILVA**  
Data: 16/10/2024 08:18:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dayselanea Correia de Oliveira Silva**  
Assessora da ASLIC/CASAL



# Companhia de Saneamento de Alagoas - CASAL

CNPJ nº 12.294.708-0001-81

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Findas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em reais, sem centavos)

---

### 1. Contexto operacional

A Companhia de Saneamento de Alagoas foi criada originalmente com a denominação Companhia de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas (abreviadamente, Casal), cuja constituição foi autorizada pelas Leis Estaduais nº 2.491, de 1º de dezembro de 1962 e nº 2.557, de 21 de junho de 1963, é uma Sociedade de Economia Mista Estadual, de capital fechado, vinculada inicialmente a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas e atualmente à Secretaria de Estado de Governo (SEGOV), conforme Lei Delegada nº 48, de 30 de dezembro de 2022, com sede e foro na cidade de Maceió, Estado de Alagoas, e jurisdição em todo o território do Estado, com prazo de duração indeterminado, que se rege pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e pelo seu estatuto social.

A CASAL é controlada pelo Governo do Estado de Alagoas, que detém 99,98218% do capital votante e seus atos são fiscalizados pela Controladoria Geral do Estado de Alagoas e pelo Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

#### Guerra de Israel vs. Hamas

A eclosão do conflito entre Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, segundo analistas reverberaram na economia global; principalmente, devido ao envolvimento de outros países. Segundo projeções econômicas, nesse contexto, o preço do petróleo pode alcançar patamares elevados, fazendo o crescimento global (PIB mundial) recuar; pois o oriente médio desempenha papel-chave como fornecedor de energia e rota marítima estratégica. Com o agravante de que a economia global atualmente está em um momento de recuperação, ainda lidando com a inflação gerada após a invasão Rússia à Ucrânia.

A companhia está monitorando atentamente as repercussões desses conflitos e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua.

## **2. Base de preparação**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76), que inclui os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 2 de maio de 2009, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e ratificados pelas Normas Brasileiras de Contabilidade do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mencionado de outra forma.

### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da companhia e, também, a moeda de apresentação, e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda nacional.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas; e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nºs 3.b e 5 - Provisão para perda na realização do contas a receber de clientes.
- Notas explicativas nºs 3.g e 11 - Determinação de vidas úteis e mensuração do ativo imobilizado.
- Notas explicativas nºs 3.h e 12 - Determinação de vidas úteis e mensuração do ativo intangível.
- Notas explicativas nºs 3.k e 16 – Determinação das provisões e contingências passivas, inclusive quanto ao passivo atuarial.



A administração da companhia não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela administração da CASAL, em 14 de março de 2024.

#### **e. Principais mudanças nos CPC e adoção pela companhia**

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a administração da companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor em ou após 1º de janeiro de 2023.

##### **i) CPC novo em vigor no exercício corrente**

No exercício corrente, ocorreu alteração nos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que é obrigatoriamente válida para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2023, a saber:

- CPC 50 – Contratos de Seguros, que substitui o CPC 11 – Contratos de Seguro.

A norma descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. O modelo geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos, mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a abordagem da alocação de prêmios. O modelo geral usa premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza. Ele leva em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos titulares de apólices.

A companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50.

##### **ii) CPCs revisados emitidos e ainda não aplicáveis**

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a companhia não adotou as alterações a seguir elencadas, já emitidas e ainda não aplicáveis:

- Alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

As alterações ao CPC 36 (R3) e ao CPC 18 (R2) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações no âmbito da IFRS 10 e da IAS 28.



- Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante.

As alterações ao CPC 26 (R1) afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada no âmbito da IAS 1.

- Alterações à IFRS 16 (CPC 06) - Passivo de arrendamento em uma transação de “*Sale and Leaseback*”

As alterações ao IFRS 16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato.

Ressalte-se que as práticas contábeis adotadas no Brasil não permitem a adoção antecipada dos pronunciamentos anteriores às respectivas datas de vigência mandatárias.

A administração da companhia se encontra em fase de análise das revisões (alterações) emitidas dos pronunciamentos contábeis e aplicáveis apenas para os exercícios subsequentes, sendo que na data de aprovação dessas demonstrações financeiras, embora ainda não concluída a análise, a administração espera não existir impactos materiais em suas demonstrações financeiras futuras a partir de 1º de janeiro de 2024

### **3. Resumo das principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos em bancos e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.



## **b. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são reconhecidos ao valor justo, registradas pelo valor faturado decorrentes da prestação do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário e líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no curso normal das atividades da companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxas de juros efetiva e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Ressalte-se que a companhia não adotou no exercício findo a CPC 12 - Ajuste a Valor Presente para as contas a receber apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A provisão para perda créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, sendo constituída da seguinte forma:

I - em relação aos quais já tenha havido a declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do poder judiciário;

II - sem garantia, de valor:

a) até R\$ 5.000, por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

b) acima de R\$ 5.000 até R\$ 30.000, por operação, vencidos há mais de um ano, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento, mantida a cobrança administrativa; e

c) superior a R\$ 30.000, vencidos há mais de um ano, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

III - com garantia, vencidos há mais de dois anos, desde que iniciados e mantidos os procedimentos judiciais para o seu recebimento ou o arresto das garantias;

IV - contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial, relativamente à parcela que exceder o valor que esta tenha se comprometido a pagar. A parcela do crédito cujo compromisso de pagar não houver sido honrado pela pessoa jurídica em concordata ou recuperação judicial poderá, também, ser deduzida como perda, observadas as condições previstas anteriormente.

V - os parcelamentos e financiamentos destes mesmos tipos de clientes obedecem aos mesmos critérios dotados nesta metodologia.



### **c. Estoques**

Está constituído principalmente por materiais de manutenção e conserto. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização, ou seja, os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de execução e as despesas de venda.

### **d. Tributos a recuperar**

São avaliados pelo custo histórico e não excedem o valor esperado de realização, e estão representados por tributos federais a recuperar ou a compensar.

### **e. Instrumentos financeiros**

A companhia não operou, no exercício, com instrumentos financeiros derivativos.

#### **i. Ativos financeiros não derivativos**

A companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, conforme notas explicativas nºs 3.a., 3.b., 4 e 5. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, e os recebíveis decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.



ii. Passivos financeiros não derivativos

A companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e empreiteiros, e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**f. Avaliação do valor recuperável de ativos - *impairment***

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à companhia sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e quanto aos riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.



As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha sofrido aumento, diminuído ou que não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **g. Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de atualização monetária até 31 de dezembro de 1995, deduzido da correspondente depreciação acumulada, calculada pelo método linear e com base nas taxas determinadas pela legislação fiscal (IN SRF nº 1.700/2017) sobre o saldo das contas e apropriada no resultado, e da perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de histórico é composto pelos gastos diretamente aplicados na aquisição dos elementos e juros e demais encargos financeiros capitalizados.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da companhia é avaliada quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil desses ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a companhia não realizou o teste de recuperabilidade e não avaliou a vida útil e o valor residual do seu imobilizado.

Os adiantamentos a fornecedores de bens destinados ao ativo imobilizado são demonstrados pelo valor de custo de aquisição, ou seja, pelo valor desembolsado.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A companhia realiza manutenções do imobilizado, e quando há evidências de que os referidos gastos aumentam a vida útil do bem, são contabilizados como um componente do custo do imobilizado e depreciado com base na nova vida útil. Qualquer outro tipo de gasto, que não aumenta sua vida útil ou mantém sua capacidade de produção, são reconhecidos no resultado como despesa.

#### **h. Intangível**

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados, conforme contratos de concessões.



Os ativos intangíveis estão representados por gastos realizados com aquisições de licenças, utilitários de informática e contratos de concessões, compostos por direitos de exploração dos serviços públicos de captação, tratamento e fornecimento de água tratada na região metropolitana de Maceió/AL – RMM e nas unidades regionais de saneamento agreste/sertão e zona da mata/litoral alagoana, cujo valor principal foi reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e cuja mensuração e definição de vida útil dependem da conclusão do trabalho e laudo a ser emitido por firma independente

Os direitos relativos a licenças de utilitários de informática, são demonstrados por seus custos históricos, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas e perdas de valor recuperável, quando aplicável.

#### **i. Fornecedores e empreiteiros**

As obrigações com os fornecedores e empreiteiros são decorrentes de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das operações da companhia, reconhecidas pelo valor da fatura correspondente e classificadas no passivo circulante na condição de que sua liquidação seja no prazo de até 12 meses; de outro modo, esses valores serão evidenciados no passivo não circulante.

#### **j. Arrendamentos**

São ativos em que há transferência substancial dos riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. O título de propriedade pode ou não vir a ser transferido. Os ativos arrendados, quando existentes, são registrados no ativo não circulante no início do contrato pelo seu valor justo e são depreciados utilizando o método linear pelo prazo dos contratos.

A companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, conforme a seguir:

- Reconhecimento de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento futuros.
- Reconhecimento da amortização dos ativos de direito de uso e os efeitos financeiros dos passivos de arrendamento no resultado.
- Valor total de caixa pago em principal e juros apresentados em atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

#### **k. Provisão para contingências**

As provisões são reconhecidas quando a companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.



Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são constituídas para os riscos contingentes com expectativa de perda provável, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos da companhia e os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação.

### **I. Contribuição social e imposto de renda**

A companhia é optante pelo lucro real, ou seja, sua contribuição social é apurada utilizando a alíquota de 9% sobre o lucro tributável, compensando a base negativa de contribuição social.

A companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos.

Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

A partir de 10 de dezembro de 2015 a companhia passou a ser considerada imune quanto ao imposto de renda - IRPJ, com base em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) transitada em julgado no dia 01 de julho de 2016, razão pela qual apenas a CSLL é reconhecida como imposto a pagar sobre o lucro tributável.

### **m. Transação com partes relacionadas**

A companhia não possui transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros.

### **n. Reconhecimento da Receita**

A companhia elaborou suas demonstrações financeiras com base no regime de competência. Neste regime os itens são reconhecidos como ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimento para estes itens. Dessa forma, os efeitos das operações e de outros eventos são reconhecidos quando ocorrem e não quando são recebidos ou pagos, sendo reconhecidos na contabilidade e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos aos quais se referem.

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos incidentes sobre ativos e passivos, circulantes e não circulantes, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor recuperável ou de realização, ou mensurados a valor justo.



As operações indexadas a moedas estrangeiras, quando existentes, são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, ou seja, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro, quando existentes.

#### n.i. Receita por prestação de serviços

As receitas de vendas de serviços estão apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas e os descontos incidentes sobre elas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita é reconhecida quando há segurança e seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a companhia, em linha com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e que estabelece que o reconhecimento das receitas deve ser realizado com base nos contratos firmados com clientes em um processo de cinco etapas: identificação do contrato, identificação das obrigações do contrato, definição do preço, alocação do preço às obrigações de performance e cumprimento dessas obrigações.

A companhia reconhece a receita quando os seguintes critérios são cumpridos: entrega do serviço, mensuração do valor com segurança provável, assimilação de benefícios econômicos e recebimentos. As receitas que são reconhecidas por estimativa, são baseadas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

Caso surjam circunstâncias que levem a alterações nas estimativas originais de receitas ou custos haverá a revisão desses valores pela companhia, podendo resultar em aumentos ou reduções dos seus valores e estarão refletidas no resultado do exercício em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

#### n.ii. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida de acordo o prazo transcorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Após isso, à medida que o tempo passa, os juros são integrados ao contas a receber e receitas financeiras.

### **o. Continuidade operacional**

As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração da companhia de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a administração não pretende liquidar a companhia ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.



#### p. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

A administração da companhia entende que não houve qualquer evento subsequente que requeresse ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

Estavam compostos conforme descrito no quadro a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa	207	-
Bancos Conta Movimento	11.273.948	5.162.398
<b>Aplicações Financeiras</b>		
Certificado de Depósito Bancário - CDB	6.693.549	22.185.555
<b>Total</b>	<b>17.967.704</b>	<b>27.347.953</b>

#### 5. Contas a receber de clientes

Os valores a receber estavam representados da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Circulante</b>		
Contas a Receber de Clientes	509.081.971	481.720.394
(-) Provisão p/ Perdas na Realização de Contas a Receber	(382.594.531)	(367.136.634)
<b>Subtotal</b>	<b>126.487.440</b>	<b>114.583.760</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contas a Receber de Clientes	2.269.380	4.118.631
<b>Subtotal</b>	<b>2.269.380</b>	<b>4.118.631</b>
<b>Total</b>	<b>128.756.820</b>	<b>118.702.391</b>



A movimentação da provisão para os créditos de liquidação duvidosa está apresentada a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>No Início do Exercício</b>	<b>(367.136.634)</b>	<b>(345.238.235)</b>
Constituição	(22.379.220)	(36.709.352)
Reversão	6.329.796	14.455.808
Baixa	591.527	355.145
<b>No Final do Exercício</b>	<b>(382.594.531)</b>	<b>(367.136.634)</b>

## 6. Estoques

Os estoques estavam assim compostos:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Material de Almojarifado	1.394.510	1.460.091
Transferências Materiais	-	9.025
<b>Total</b>	<b>1.394.510</b>	<b>1.469.116</b>

## 7. Tributos a recuperar

Os impostos a recuperar e a compensar são:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CSLL a Recuperar	1.324.918	1.320.578
IRPJ a Recuperar	929.514	928.234
INSS a Recuperar	47.919	31.962
IR a Recuperar	37.356	37.355
COFINS a Recuperar	1.924	1.924
PIS a Recuperar	417	417
<b>Total</b>	<b>2.342.048</b>	<b>2.320.470</b>

## 8. Outros créditos

Os outros créditos estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Adiantamentos a Forn., Empreiteiros e Prest. de Serv.	2.898.681	2.608.469
Adiantamentos a Funcionários	496.878	595.448
Outros créditos	124.081	159.594
<b>Total</b>	<b>3.519.640</b>	<b>3.363.511</b>



## 9. Depósitos judiciais

Refere-se a depósitos e bloqueios determinados pela justiça concernentes a processos cíveis e trabalhistas, tendo a companhia como reclamada.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Valores Bloqueados por Medida Judicial	8.700.627	9.593.850
Depósitos Judiciais p/ Colaboradores, Prest. de Serviços e Fornecedores	3.499.540	1.283.526
<b>Total</b>	<b>12.200.167</b>	<b>10.877.376</b>

## 10. Pagamentos reembolsáveis

Refere-se, basicamente, a valores a receber oriundos dos gastos com colaboradores cedidos a outros órgãos do Governo do Estado de Alagoas.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pagamentos Reembolsáveis de Pessoal a Disposição	3.328.167	2.689.926

## 11. Imobilizado

O imobilizado está assim demonstrado:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Imobilizado em Operação</b>		
Sistema de Abastecimento d'água	308.904.736	307.045.037
Sistemas de Esgotos Sanitários	54.462.247	54.462.247
Bens de Uso Geral	19.487.877	18.989.116
<b>Subtotal</b>	<b>382.854.860</b>	<b>380.496.400</b>
<b>Imobilizado em Andamento</b>		
Sistema de Abastecimento d'água	231.382.050	221.603.971
Sistemas de Esgotos Sanitários	2.771.783	2.771.783
Projetos e Obras	29.666	29.666
<b>Subtotal</b>	<b>234.183.499</b>	<b>224.405.420</b>
<b>(-) Depreciação Acumulada</b>	<b>(278.199.544)</b>	<b>(269.953.278)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>338.838.815</b>	<b>334.948.542</b>



A movimentação do ativo imobilizado foi a seguinte:

	31/12/2023	Aquisições	Baixas/ Transferências	31/12/2022
<b>Imobilizado em Operação</b>				
Sistema de Abastecimento d'água	308.904.736	1.859.699	-	307.045.037
Sistemas de Esgotos Sanitários	54.462.247	-	-	54.462.247
Bens de Uso Geral	19.487.877	498.761	-	18.989.116
<b>Subtotal</b>	<b>382.854.860</b>	<b>2.358.460</b>	-	<b>380.496.400</b>
<b>Imobilizado em Andamento</b>				
Sistema de Abastecimento d'água	231.382.049	9.778.078	-	221.603.971
Sistemas de Esgotos Sanitários	2.771.783	-	-	2.771.783
Projetos e Obras	29.666	-	-	29.666
<b>Subtotal</b>	<b>234.183.498</b>	<b>9.778.078</b>	-	<b>224.405.420</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>	<b>(278.199.543)</b>	<b>(8.246.265)</b>	-	<b>(269.953.278)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>338.838.815</b>	<b>3.890.273</b>	-	<b>334.948.542</b>

Levantamento e tombamento dos bens móveis e imóveis de propriedade da companhia:

No exercício de 2010 foi contratada empresa especializada com o objetivo de realizar serviços de avaliações e regularização dominial de imóveis, efetuar o levantamento patrimonial dos bens reversíveis/operacionais e avaliações dos terrenos, edificações, poços, estações de tratamento, sistema de esgotamento sanitário, reservatórios, *booters*, redes de distribuições de água, estações elevatórias, veículos e máquinas e equipamentos em parte dos municípios onde a companhia mantém operações (24 municípios do Estado de Alagoas). Em 2017, foi firmado novo contrato com a empresa Cotrim e Amaral – Avaliações e Perícias Judiciais Ltda – ME, decorrente de licitação, com o objetivo de realizar o levantamento e a avaliação patrimonial dos bens que compõem o seu patrimônio. Somente após a conclusão desse trabalho, da forma que foi exigida no termo de referência e em sua totalidade, ou seja, em todos os municípios em que a companhia mantém negócios, serão efetuados os ajustes contábeis para a regularização dos saldos do ativo imobilizado da companhia. Em 31 de dezembro de 2023 o referido trabalho de levantamento e avaliação patrimonial não havia sido concluído.

## 12. Intangível

O intangível estava composto da seguinte maneira:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Direito de Uso</b>		
Software	1.676.986	845.589
Produção de Água - Contratos de Concessão	6.633.596.623	-
<b>Subtotal</b>	<b>6.635.273.609</b>	<b>845.589</b>
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(504.189)</b>	<b>(251.459)</b>
<b>Intangível</b>	<b>6.634.769.420</b>	<b>594.130</b>



A movimentação do ativo intangível foi a seguinte:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Aquisições / Ajustes</u>	<u>Baixas / Transferências</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Direito de Uso</b>				
Software	1.676.986	831.397	-	845.589
<b>Subtotal</b>	<b>1.676.986</b>	<b>831.397</b>	<b>-</b>	<b>845.589</b>
<b>Produção de Água - Contratos</b>				
Bloco A	4.567.985.510	4.567.985.510	-	-
Bloco B	1.401.414.127	1.401.414.127	-	-
Bloco C	664.196.986	664.196.986	-	-
<b>Subtotal (a)</b>	<b>6.633.596.623</b>	<b>6.633.596.623</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Amortização Acumulada</b>	<b>(504.189)</b>	<b>(252.730)</b>	<b>-</b>	<b>(251.459)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>6.634.769.420</b>	<b>6.634.175.290</b>	<b>-</b>	<b>594.130</b>

(a) Reconhecimento dos contratos de concessão

A companhia, por meio de concessões com entidades privadas, presta serviços de captação e tratamento de água bruta, e a receita é decorrente da venda de água tratada às concessionárias dos blocos A, B e C. Os contratos de concessão, em média, têm vigência definida entre 20 e 30 anos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia iniciou o processo de reconhecimento dos contratos de concessão, analisando e mensurando os efeitos retroativos pertinentes ao tema. Os procedimentos envolvem análises dos contratos vigentes e vencidos e que não foram reconhecidos contabilmente em exercícios anteriores. Em 31 de dezembro de 2023 o referido trabalho não havia sido concluído, mas foi registrado como ajustes de exercícios anteriores o montante de R\$ 6.633.596.623, sem tratar dos efeitos retrospectivos nas demonstrações financeiras.

### 13. Fornecedores e empreiteiros

Estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da companhia.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Circulante</b>	<b>32.427.719</b>	<b>25.544.999</b>
Fornecedores Diversos	27.133.532	20.450.454
Depósitos e Retenções Contratuais	5.294.187	5.094.545
<b>Não Circulante</b>	<b>97.397.531</b>	<b>91.110.483</b>
Fornecedor SABESP	21.217.573	27.018.386
Empreiteiros	76.179.958	64.092.097
<b>Total</b>	<b>129.825.250</b>	<b>116.655.482</b>



## 14. Tributos a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
SESI a Recolher (a)	10.573.743	10.256.219
SENAI a Recolher (b)	9.348.122	9.075.993
INSS a Recolher	2.073.091	1.938.276
COFINS a Recolher	1.514.861	1.628.913
IRRF a Recolher	1.104.217	1.111.053
FGTS a Recolher	593.231	613.791
PIS a Recolher	328.132	352.931
ISS a Recolher	267.223	279.496
Outros	129.515	379.956
<b>Total</b>	<b>25.932.135</b>	<b>25.636.628</b>

(a) SESI a recolher - refere-se a valores em aberto junto ao SESI relativos às competências de janeiro de 1995 a dezembro de 2002, bem como os valores concernentes ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo quitados e sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso.

(b) SENAI a recolher - refere-se a valores em aberto junto ao SENAI relativos às competências de março de 1993 a julho de 2008, bem como valores concernentes ao 13º salário do mesmo período. Os valores provisionados não estão sendo quitados, sofrem apenas os acréscimos de multas e juros por atraso.

(c) Em 2018, a companhia passou a se beneficiar da decisão relativa ao processo nº 0805600-87.2016.4.05.800, de 1º de julho de 2016, decorrente de decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, que trata acerca do reconhecimento do direito a imunidade tributária recíproca em relação aos tributos incidentes sobre os seus bens, rendas e serviços, em especial o imposto de renda e o imposto sobre operações financeiras – IOF. Com base em decisão transitada em julgado, a companhia está imune aos citados tributos, independente do resultado obtido em cada exercício. A companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 2023 e 2022.

A administração da companhia está envidando esforços no sentido de iniciar uma negociação para um possível parcelamento destas dívidas.

## 15. Parcelamento de tributos

Representado por parcelamento de processos da CSLL.

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Circulante</b>		
Parcelamento CSLL	3.169.643	2.498.339
<b>Não Circulante</b>		
Parcelamento CSLL	4.754.464	6.245.847
<b>Total</b>	<b>7.924.107</b>	<b>8.744.186</b>

## 16. FUNCASAL - Fundação CASAL de Seguridade Social

Essa obrigação estava representada da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Circulante</b>		
FUNCASAL-Seguridade Social - Parcelamento	7.948.973	5.663.487
FUNCASAL-Seguridade Social - Patronal	306.130	46.936
Depósito Judicial FUNCASAL	2.909	2.910
<b>Subtotal</b>	<b>8.258.012</b>	<b>5.713.333</b>
<b>Não Circulante</b>		
FUNCASAL-Seguridade Social - Parcelamento	180.979.370	180.979.370
<b>Subtotal</b>	<b>180.979.370</b>	<b>180.979.370</b>
<b>Total</b>	<b>189.237.382</b>	<b>186.692.703</b>

### Plano de Benefício Definido - BD

O plano de benefício previdenciária administrado pela FUNCASAL é de Benefício Definido - BD, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios sob o nº 19880024-19, conforme enquadramento na Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a FUNCASAL tem como principal finalidade, suplementar os benefícios a que têm direito como segurados do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, os servidores da **CASAL** e FUNCASAL, tais como complementação de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço, por idade, de aposentadorias especiais, de pensão, de abono anual e do auxílio-doença.

Em 23 de novembro de 2005 foi assinado contrato entre a **CASAL** e a FUNCASAL um instrumento particular de confissão de dívida com garantia de caução, relativas à consolidação de débitos de contribuições de dívidas da primeira na condição de patrocinadora e retidas dos participantes.

A dívida resultante do contrato foi programada para pagamento em 360 prestações mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de maio de 2006 e a última em 15 de abril de 2036, calculadas e atualizadas nas formas estabelecidas em nota técnica atuarial de cálculo das prestações mensais a serem amortizadas referente a dívida da patrocinadora **CASAL** para com a FUNCASAL, conforme constante do anexo ao JM/2522, de 08 de novembro de 2006, integrante do acordo extrajudicial. A companhia vem cumprindo mensalmente o pagamento das parcelas que representam, inicialmente, amortização de parte dos juros firmados no acordo, e cujo saldo devedor é atualizado pelo INPC (IBGE) ou outro índice que vier substituí-lo, acrescido de juros de 6% ao ano e capitalizados mensalmente.

A **CASAL** é patrocinadora da FUNCASAL, entidade fechada de previdência privada, regulamentada pelas Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar através da Portaria nº 4.281, de 28 de julho de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, obedecendo às normas expedidas por meio da Secretaria da Previdência Complementar e às resoluções específicas do Banco Central do Brasil.



A **CASAL** iniciou a transferência do plano de previdência BD nº 01 para a Fundação de Previdência Complementar dos Empregados ou Servidores da Finep, do Ipea, do CNPq, do Inpe e do Inpa (FIPECq). A operação incluirá todos os participantes e assistidos do plano, assim como a integralidade de seus ativos e passivos inclusive ações judiciais, contingências e provisões. Nesse processo de transferência foi feita avaliação atuarial pela empresa, *due diligence* atuarial e legal do Plano BD nº 01 da FUNCASAL, onde no Relatório RN/FIPECq N° 007/2019, na sua página 33, expõe que "verificou-se que as receitas originadas pelos recursos garantidores conferem liquidez ao plano até o ano de 2046, época prevista para o término dos recursos garantidores."

A **CASAL** tem a intenção de continuar patrocinando o Plano BD nº 01 e cumprindo suas obrigações legais e contratuais em relação àquele plano de benefícios, sem perda dos direitos atualmente garantidos aos participantes e assistidos.

### Passivo atuarial e provisões matemáticas

A **CASAL** no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, patrocinadora do FUNCASAL, não realizou avaliação do passivo atuarial decorrente do Plano de Benefício Definido, e conseqüentemente o reconhecimento dos seus efeitos nas demonstrações financeiras findas naquela data.

A patrocinadora **CASAL** e a própria FUNCASAL contribuem mensalmente com contribuição normal, de valor equivalente ao montante mensal total das contribuições normais de seus respectivos participantes, inclusive os assistidos, em atendimento à Emenda Constitucional nº 20 (paridade de contribuições patrocinadora e participantes).

As provisões matemáticas que representam o valor atual dos compromissos futuros líquidos, calculados pelo atuário responsável pelo plano, sendo consideradas as projeções de benefícios e de contribuições e estando segregadas em provisões de benefícios concedidos, que representam os compromissos com assistidos e beneficiários, e provisões de benefícios a conceder, que correspondem aos compromissos com os participantes ativos, que não se encontram em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões), conforme apresentado no relatório da avaliação atuarial do Plano de Benefício Definido de 2023 - JM/0503/2024, emitido pela Consultoria Jessé Montello – Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda, e conforme Laudo nº JM/0432/2024, estavam compostas da seguinte forma em 31 de dezembro de 2023:



( R\$ mil)

Descrição	2023	2022
<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>218.505</b>	<b>209.479</b>
<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização</b>	<b>218.505</b>	<b>209.479</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	204.612	195.765
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados - Assistidos	13.893	13.714
<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>69.020</b>	<b>66.490</b>
<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado</b>	<b>62.488</b>	<b>60.279</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	87.333	84.808
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-13.636	-13.465
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-11.209	-11.064
<b>Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização não Programado</b>	<b>6.532</b>	<b>6.211</b>
Valor Atual dos Benefícios Futuros não Programados	10.130	9.765
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	-1.975	-1.951
(-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	-1.623	-1.603
<b>Total das Provisões Matemáticas</b>	<b>287.525</b>	<b>275.969</b>

As provisões matemáticas representam compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes inscritos na entidade ou aos seus beneficiários, sob a forma de planos de renda e pecúlio, determinados em bases atuariais pelo regime financeiro de capitalização. Em 31 de dezembro de 2023 a plano de previdência contava com as seguintes quantidades de participantes:

	Quantidades	
	2023	2024
Ativos sem benefícios adquiridos	427	447
Assistidos	645	652
<b>Total</b>	<b>1.072</b>	<b>1.099</b>
Pensionistas assistidos	0	159

## 17. Parcelamento – CEAL/Equatorial

Está representado por termo de confissão de dívida, conforme quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>	<b>10.228.694</b>	<b>21.555.754</b>
Parcelamento de Energia Elétrica	21.555.754	21.555.754
(-) Ajuste a Valor Presente	(11.327.060)	-
<b>Não Circulante</b>	<b>184.523.521</b>	<b>181.516.114</b>
Parcelamento de Energia Elétrica	267.650.616	278.428.493
(-) Ajuste a Valor Presente	(73.664.026)	(96.912.379)
(-) Depósito Judicial	(9.463.069)	-
<b>Total</b>	<b>194.752.215</b>	<b>203.071.868</b>



Em 2016, foi assinado um termo de confissão e acordo de parcelamento entre a Companhia Energética de Alagoas - CEAL e a Companhia de Saneamento de Alagoas – CASAL. Neste termo foram consolidadas as faturas referentes ao termo de confissão de dívida nº 006/2008, referente a valores da diferença de correção monetária não quitada no parcelamento nº 002/2004 e o consumo de energia elétrica não quitados. As dívidas foram negociadas da seguinte forma: R\$1.927.637 a título de entrada e o saldo restante a serem pagos em 240 parcelas mensais de R\$1.796.313, com vencimento no último dia de cada mês subsequente ao mês de competência. O não pagamento de qualquer das parcelas desta confissão de dívida acarreta a cobrança de encargos (2% de multa e 1% de juros ao mês) e correção monetária pelo IGPM ou outro índice que vier substituí-lo, sobre o valor da parcela.

## 18. Provisões para férias e encargos sociais

Estava representado como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Provisão para Férias	4.390.797	2.909.113
INSS sobre Férias	1.268.427	1.582.933
FGTS sobre Férias	351.261	589.242
<b>Total</b>	<b>6.010.485</b>	<b>5.081.288</b>

## 19. Outros débitos

Representado por contas de energia elétrica não quitadas pela companhia:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Energia Elétrica a Pagar	21.301.618	8.853.055

## 20. Provisão para contingências

A companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões na esfera administrativa ou judicial, as quais, quando aplicáveis, estão amparadas por depósitos judiciais (nota explicativa nº 09). A companhia estima os seguintes desembolsos prováveis de caixa:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Cíveis	44.709.773	45.047.992
Fiscais	10.923.448	2.353.537
Trabalhistas	7.893.191	9.599.662
<b>Total</b>	<b>63.526.412</b>	<b>57.001.191</b>



As movimentações das provisões estavam assim compostas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>No Início do Exercício</b>	<b>57.001.191</b>	<b>42.754.023</b>
Constituição	45.104.416	16.504.756
Reversão	(20.634.804)	-
Pagamento	(17.944.391)	(2.257.588)
<b>No Final do Exercício</b>	<b>63.526.412</b>	<b>57.001.191</b>

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A companhia tem ações de naturezas cível, trabalhistas e tributárias, envolvendo riscos de perda classificados pela administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos como possíveis, para as quais não há provisão constituída, pois decorre de obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fiscais (a)	3.463.374	273.164.608
Cíveis (a)	2.816.064	478.396.176
Trabalhistas (a)	349.547	218.348
<b>Total</b>	<b>6.628.985</b>	<b>751.779.132</b>

(a) A companhia em 31 de dezembro de 2023, com objetivo de melhor retratar e refletir os valores de seus passivos contingentes, seus administradores, com base em posição técnica dos seus consultores jurídicos, avaliaram, concluíram e passaram a mensurar as contingências passivas judiciais e administrativas com base em estimativa definida de forma individualizada para cada processo (cível, trabalhista e tributário) e de acordo com o grau de risco de perda, abandonado o critério do valor da causa, por não refletir adequadamente o valor do passivo contingente.

## 21. Convênio – SEINFRA/CODEVASF

A companhia celebrou convênios de cooperação mútua com o Estado de Alagoas, por meio da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, nºs 040/2010, 61/2020 e 3300-510/2017 que têm como objetivo principal a cooperação técnica e financeira, visando à realização de obras de melhoramentos/adequações das redes coletoras, de saneamento e distribuidoras de água nos municípios do Estado de Alagoas.

No tocante ao convênio nº 040/2010, os recursos financeiros montam em R\$ 25.000.000, sendo que cabe ao Estado o pagamento de R\$ 12.500.000, com contrapartida da companhia no valor de R\$ 12.500.000, com aplicação até 31 de dezembro de 2010. Foi repassado pelo Estado de Alagoas, até dezembro de 2014, a soma de R\$ 14.425.844, sendo R\$ 7.599.880 em 2014, R\$ 1.325.964 em 2013, R\$ 2.500.059 em 2011, e R\$ 2.999.941 em 2010. O referido convênio foi aditado, prorrogando-se a vigência do termo final para dezembro de 2016.



Por meio do convênio nº 3300-510/2017, foram liberados recursos financeiros no valor de R\$ 100.000.000, sendo a parte do Estado de Alagoas no montante de R\$ 50.000.000 e a contrapartida da companhia no valor de R\$ 50.000.000, com aplicação até 31 de dezembro de 2017. O referido convênio foi aditado, prorrogando-se a vigência até março de 2019. Foi repassado pelo Estado de Alagoas até a data do último aditamento o montante de R\$ 50.000 mil, sendo R\$ 20.000.000 em 2017, R\$ 21.482.223 em 2018, e R\$ 8.517.777 em 2019.

No que se refere ao convênio de nº 61/2020 a companhia recebeu o repasse de R\$ 267.751.

A administração da companhia solicitou à SEINFRA posicionamento com relação aos recursos disponibilizados nos convênios nºs 040/2010 e 3300-510/2017, com a finalidade de adotar o tratamento contábil adequado aos referidos valores. No entanto, em 31 de dezembro de 2023, a companhia não havia obtido resposta daquela secretaria,

Os saldos dos convênios somavam em 31 de dezembro de 2023:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Convênios SEINFRA	64.425.844	64.425.844
Convênio CODEVASF	-	3.062.000
<b>Total</b>	<b>64.425.844</b>	<b>67.487.844</b>

A companhia também firmou convênio com a CODEVASF, conforme termo de compromisso nº 517000/2018, no montante em R\$ 3.062.877, para serem aplicados na execução de obras complementares para conclusão do Sistema de Esgotamento Sanitário de Santana do Ipanema/AL, até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado na forma dos §1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, por entender que o objeto do convênio não seria executado, a CASAL procedeu com a devolução dos recursos.

## 22. Patrimônio líquido

### a) Capital social

O capital social da companhia é constituído por ações ordinárias e preferenciais, e classificadas no patrimônio líquido. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição e no reembolso do capital, sem direito a prêmio.



Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito da companhia era de R\$ 757.381.666, representado da seguinte forma:

	<b>Ações Ordinárias</b>	<b>Ações Preferenciais</b>	<b>Total</b>	<b>Percentual de Participação</b>
Governo do Estado de Alagoas	136.443.592.738	4.143	136.443.596.881	99,9618%
Governo Federal	694.302	42.056.682	42.750.984	0,0313%
CODEVASF	-	6.155.465	6.155.465	0,0045%
Outros	54.546	3.185.287	3.239.833	0,0024%
	<b>136.444.341.586</b>	<b>51.401.577</b>	<b>136.495.743.163</b>	<b>100,0000%</b>

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Capital Subscrito	757.381.666	757.381.666
(-) Capital a Realizar	(287.699.728)	(332.500.000)
Capital Realizado	<b>469.681.938</b>	<b>424.881.666</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve um integralização de capital, pelo acionista majoritário, da ordem de R\$ 44.800.772 (R\$ 77.500.000, em 2022).

#### b) Ajustes de exercícios anteriores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a companhia iniciou o processo de reconhecimento dos contratos de concessão, analisando e mensurando os efeitos presentes e retrospectivos pertinentes ao tema, e que não foram reconhecidos contabilmente em exercícios anteriores. Naquela data o referido trabalho não havia sido concluído, mas foi registrado como ajustes de exercícios anteriores os valores a seguir apresentados, sem espelhar os efeitos retrospectivos nas demonstrações financeiras.

Os contratos de concessão firmados com entidades privadas, têm, em média, vigência definida entre 20 e 30 anos, e se referem aos serviços de captação e tratamento de água bruta, cuja receita é decorrente da venda de água tratada às concessionárias dos blocos A, B e C.

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Bloco A	4.567.985.510	-
Bloco B	1.401.414.127	-
Bloco C	664.196.986	-
<b>Total</b>	<b>6.633.596.623</b>	<b>-</b>

#### c) Recuperação financeira da companhia

A administração reconhece a atual situação e vem procurando adotar medidas com o objetivo de assegurar a recuperação financeira e obter o equilíbrio econômico-financeiro de suas atividades. O acionista majoritário, Estado de Alagoas, por meio da Lei Estadual nº 8.481/21, comprometeu-se a transferir a companhia recursos da ordem de R\$ 400.000 mil, para investimentos e pagamento de passivos, e a transferir bens imóveis, até o valor de R\$ 2.600.000 mil, para aumento de capital social.



A administração da companhia expõe que as demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a base contábil de continuidade operacional e de que a companhia está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a administração não pretende liquidar a companhia ou interromper as operações; o que envolve o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

### 23. Receita líquida da prestação de serviços

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida da venda de serviços está assim representada:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receita Bruta de Serviços</b>		
Serviços de Abastecimento d'Água	454.150.446	442.358.932
Serviços de Esgotamento Sanitário	25.003.273	23.441.412
<b>Subtotal</b>	<b>479.153.719</b>	<b>465.800.344</b>
Deduções:		
( - ) Impostos	(17.691.602)	(17.105.227)
( - ) Cancelamentos	(5.399.773)	(8.096.128)
( - ) Parcelamentos	(2.304.727)	(2.244.279)
<b>Subtotal</b>	<b>(25.396.102)</b>	<b>(27.445.634)</b>
<b>Total</b>	<b>453.757.617</b>	<b>438.354.710</b>



## 24. Custos e despesas por natureza

Os custos e as despesas operacionais estavam assim representados:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Energia Elétrica	(121.007.463)	(106.489.516)
Salários, Ordenados e Benefícios	(85.509.051)	(82.209.308)
Serviços de Conservação e Manutenção de Sistema	(73.259.724)	(78.554.434)
Outros Custos e Despesas	(41.496.716)	(39.822.362)
Aluguéis de Imóveis	(41.296.870)	(29.863.993)
Perdas de Crédito de Faturas a Receber	(22.419.220)	(36.709.352)
Encargos Sociais	(22.296.406)	(21.989.532)
Serviços Técnicos - Pessoa Jurídica	(20.338.545)	(32.169.156)
Locação de Bens Móveis	(19.793.014)	(17.529.844)
Depreciação e Amortização	(8.498.996)	(8.754.454)
Material de Tratamento	(7.192.359)	(6.635.644)
Higiene e Vigilância	(3.881.200)	(6.695.430)
Tarifas Bancárias Sobre Faturas de Água/Esgoto	(2.486.112)	(3.852.121)
Combustíveis e Lubrificantes	(2.113.388)	(2.582.366)
Material de Conservação e Manutenção do Sistema	(1.745.339)	(3.047.509)
Serviços de Leitura e Entrega de Contas	(1.478.058)	(4.094.972)
Indenizações e Avisos Prévios	(1.468.600)	(584.017)
Serviços de Processamento de Dados	(999.779)	(1.515.698)
Serviços de Cortes e Religação	(14.600)	(257.135)
	<b>(477.295.440)</b>	<b>(483.356.843)</b>
( - ) Custos dos Produtos e dos Serviços Vendidos	(235.079.866)	(220.940.029)
( - ) Despesas Administrativas	(206.973.488)	(149.521.374)
( - ) Despesas Comerciais	(35.242.086)	(112.895.440)
<b>Total</b>	<b>(477.295.440)</b>	<b>(483.356.843)</b>

## 25. Despesas tributárias

Estavam representadas da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Taxa Pelo Uso da Água e Pela Fiscalização - ARSAL	(1.867.078)	(1.879.276)
Outros	(1.830.831)	(16.745)
Impostos	(217.219)	(226.297)
<b>Total</b>	<b>(3.915.128)</b>	<b>(2.122.318)</b>



## 26. Despesas com contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

Estavam assim compostas:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Reversão (Constituição) de Provisão para Cont. Trabalhistas	266.192	(4.598.735)
Reversão (Constituição) de Provisão para Cont. Tributárias	(8.785.526)	-
Reversão (Constituição) de Provisão para Cont. Cíveis	(15.950.278)	(11.906.021)
<b>Total</b>	<b>(24.469.612)</b>	<b>(16.504.756)</b>

## 27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Estavam representadas da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Outras Receitas Operacionais</b>		
Outras	17.569.750	6.194.555
Recuperação de Perdas Sobre Créditos a Receber	6.921.324	14.455.808
<b>Subtotal</b>	<b>24.491.074</b>	<b>20.650.363</b>
<b>Outras Despesas Operacionais</b>		
Perdas Ajuste de Inventário	(2.749.471)	(3.032.877)
Outras Despesas	(742.495)	(2.002.698)
Contribuições, Doações e Premiações	(352.438)	(28.645)
Despesas Ambientais	(50.444)	(1.246.573)
Cancelamento de Receita Exercício Anterior	(3.857)	(2.938)
<b>Subtotal</b>	<b>(3.898.705)</b>	<b>(6.313.731)</b>
<b>Total</b>	<b>20.592.369</b>	<b>14.336.632</b>



## 28. Resultado financeiro

Representado da seguinte forma:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Acréscimos por Impontualidade	4.714.359	10.097.143
Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.922.438	1.714.218
Descontos Obtidos	928.157	512.372
Atualização de Recebíveis	228.913	7.232.153
Varição Cambial Ativa	-	218.566
<b>Subtotal</b>	<b>8.793.867</b>	<b>19.774.452</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de Dívida com Parcelamento da FUNCASAL	(17.915.028)	(21.684.592)
Encargos de Dívida com Parcelamento da CEAL	(11.921.293)	(12.481.004)
Encargos SABESP	(3.537.759)	-
Encargos de Tributos e Contribuições Sociais em Atraso	(1.679.312)	(106.708)
Outras	(1.535.586)	(88.476)
Juros Pagos	(1.491.362)	(5.499.573)
Encargos Financeiros de Dívidas com Fornecedores	(614.593)	(540.599)
<b>Subtotal</b>	<b>(38.694.933)</b>	<b>(40.400.952)</b>
<b>Total</b>	<b>(29.901.066)</b>	<b>(20.626.500)</b>

## 29. Contratos de concessão

A companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto. Os contratos de concessão têm, em média, vigência definida entre 20 e 30 anos. A receita da companhia é decorrente, basicamente, da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 77 municípios do Estado de Alagoas, sendo que há 41 contratos vigentes, dos quais 6 são contratos de concessão e 35 contratos de programa.

De um total de 17 sedes municipais operadas, 6 estão em processo de renovação, por se encontrarem vencidos. Os 11 municípios que possuem contrato de concessão/programa regular, vencem entre os anos de 2041 e 2045.

### Contratos de concessão com entidades privadas

O Governo do Estado de Alagoas firmou vínculo em meados de 2017 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, com vistas a desenvolver um modelo de parcerias junto a iniciativa privada, com o objetivo de universalizar o abastecimento de água e esgotamento sanitário no âmbito de todo o estado.



Para tal, o BNDES contratou um consórcio de consultores composto pelas empresas Ernst & Young Global Limited, EMA Engenharia de Meio Ambiente Ltda, Felsberg Advogados e Muzzi Advogados Associados, as quais se responsabilizaram por propor um modelo contendo todas as informações técnicas, jurídicas e econômicas que apontassem viabilidade para o Estado de Alagoas. O Consórcio concluiu por um modelo de concessão em blocos regionais, onde dividiu o estado em 3 (três) regiões, sendo que em duas delas (metropolitana de Maceió e Sertão do estado), a companhia seria responsável apenas por captar, aduzir, tratar e entregar água potável nos reservatórios de distribuição. Com isso, um novo concessionário ficaria responsável por prestar os demais serviços.

No ano de 2019, o Estado de Alagoas tomou a decisão de licitar o modelo de “Concessão Comum” apenas para a Região Metropolitana de Maceió, a qual abrange os municípios de Atalaia, Barra de Santo Antônio, Barra de São Miguel, Coqueiro Seco, Maceió, Marechal Deodoro, Messias, Murici, Paripueira, Pilar, Rio Largo, Santa Luzia do Norte e Satuba. Neste cenário, a companhia captará, aduzirá e produzirá água potável em todos os municípios, exceto nos de Atalaia, Barra de Santo Antônio e Marechal Deodoro, nos quais tais serviços serão feitos pelo novo concessionário, que também ficará responsável pela distribuição e comercialização de água para a população, bem como por todos os serviços de esgotamento sanitário em todos os municípios.

Na modelagem se prevê o atendimento de 1,4 milhões de pessoas na região metropolitana de Maceió. As metas de universalização para o novo concessionário são de atingir 100% de cobertura de abastecimento de água em todos os municípios em até 6 anos, bem como de atingir 90% de cobertura em esgotamento sanitário com prazos divididos de 6, 8, 11 e 16 anos.

Os investimentos previstos para ocorrerem durante a concessão são de aproximadamente R\$ 2,6 bilhões, já englobando as benfeitorias nas unidades que serão operadas pela CASAL; ou seja, todos os investimentos para atendimento das metas estabelecidas no contrato de concessão futuro serão encargos do novo concessionário. O prazo previsto para a concessão é de 35 anos.

Os atos jurídicos que outorgam poderes ao Estado de Alagoas para realizar a concessão foram publicados no Diário Oficial do Estado de Alagoas no dia 6 de fevereiro de 2020, que consta o convênio de cooperação entre a região metropolitana de Maceió – RMM e o Estado de Alagoas, tendo o edital para o processo licitatório sido lançado no dia 29 de maio de 2020.

O leilão foi realizado no dia 30 de setembro de 2020, sendo declarada como vencedora a empresa BRK Ambiental, ofertando lance de R\$ 2.009 bilhões. Dessa forma, a nova concessionária privada passou a ser responsável pelo fornecimento de água e coleta de esgoto na região metropolitana.

Após a assinatura do contrato de concessão, que ocorreu no dia 18 de dezembro de 2020, a CASAL realizou a operação compartilhada com o novo concessionário, por prazo de 180 dias, terminando em 30 de junho de 2021. Ao fim deste período, o novo concessionário assumiu em definitivo todos os serviços outorgados a ele.



Em dezembro de 2021, o Governo do Estado de Alagoas realizou por meio de leilão a concessão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário do Bloco B que abrange as regiões do Sertão e parte do Agreste, totalizando 34 municípios, atendendo 561 mil pessoas, o que corresponde a 16% da população do estado.

Em 13 de dezembro de 2021, mesma ocasião da realização do leilão do Bloco B, foi realizada a concessão do abastecimento de água e do esgotamento sanitário do Bloco C que abrange as regiões do Leste e parte do Agreste e Litoral, com o total de 27 municípios, atendendo 410 mil pessoas, o que corresponde a 12% da população do estado. O referido leilão teve como vencedora do Bloco B, a empresa Águas do Sertão S.A., com valor estimado para investimentos no montante de R\$ 2.910.905.000. Já o Bloco C teve como vencedora a concessionária Verde Ambiental Alagoas S.A., com valor previsto para investimentos ao longo do período de concessão de R\$ 1.649.350.000. Ambos os contratos tiveram seus períodos de concessão firmados em 35 anos, tendo como metas universalizar o abastecimento de água a partir do terceiro ano do contrato e atender 90% de esgoto para todos os municípios até 2033. Diante deste cenário, a CASAL passou a ser responsável apenas pela captação, tratamento, adução e entrega de água aos concessionários que ficaram com a distribuição de água potável e tratamento de esgoto ao consumidor final.

As operações assistidas do Bloco B e do Bloco C, das empresas Águas do Sertão S.A. e Verde Ambiental Alagoas S.A., foram concluídas em agosto e setembro de 2022 respectivamente.

### **30. Cobertura de seguros**

A companhia, face à natureza de suas atividades operacionais, que não representam riscos significativos, não possui seguros de seus ativos imobilizados.

A companhia conta com um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação, quando julga relevante.



### 31. Questões ambientais

A companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais que possam pôr em risco suas atividades e seu negócio. Isso é feito através de procedimentos de manutenção regulares e permanentes em seus sistemas de água e de esgotos. Além disso, com as ações de saneamento é dada grande contribuição à proteção do meio-ambiente e a melhoria das condições de saúde pública.

O gasto com manutenção regular de seus ativos operacionais é reconhecido ao resultado, bem como as despesas com questões ambientais, quando incorridas. A administração da companhia, com base em histórico da situação, acredita que nenhuma provisão adicional para perdas, relacionadas com questões ambientais, é necessária atualmente, inclusive em face de legislação ambiental em vigor no Brasil.

Documento assinado digitalmente  
 **LUIZ CAVALCANTE PEIXOTO NETO**  
Data: 04/04/2024 15:21:42-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Luiz Cavalcante Peixoto Neto**  
Presidente

Documento assinado digitalmente  
 **ADRIANA DE GOES DIAS**  
Data: 04/04/2024 07:52:05-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Adriana de Góes Dias**  
Contadora - CRC/AL 5865/O

